

IDENTIDADE FEMININA NO DISCURSO DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF: ANÁLISE PRAGMÁTICA DO ETHOS DISCURSIVO

Dulce Valente Pereira (UECE)

dulcevalper@hotmail.com

Muitos (as) pesquisadores (as) tem se debruçado sobre a questão das identidades sociais no mundo pós-moderno. Nossa pesquisa reivindica tal questão, elegendo como sujeito a presidenta Dilma Rousseff. Nosso objetivo é compreender as constituições de sentido da identidade feminina no discurso de uma mulher pública e poderosa. Nossos pressupostos teóricos são a Teoria dos Atos de Fala (AUSTIN, 1990); os jogos de linguagem (WITTEGENSTEIN, 2008), os estudos sobre gênero (BUTLER, 2010); os estudos sobre a dominação masculina (BORDIEU, 2010); os estudos sobre a identidade no mundo pós-moderno (HALL, 2008) e sobre o ethos discursivo (MAINGUENEAU, 2008; AMOSSY, 2008). A metodologia parte investigando a construção da “feminilidade”, conceito que nos permite olhar para os sentidos naturalizados de uma mulher idealizada, por exemplo, pelo sistema patriarcal, e da “feminilidade”, que nos possibilita identificar os sentidos linguageiros de uma mulher agente, politizada, forte e independente (FERREIRA, 2006). Desse modo, buscamos classificar o ethos discursivo, a partir de sentidos, que iremos considerar ser próprios da imagem do feminino de Dilma, que ela performativiza em seu discurso. Desse modo, como resultado de nossas análises, pretendemos identificar o (s) tipo (s) de identidade (s) performativizada (s) pela presidenta em seu discurso, tomando de empréstimo os conceitos de identidade de legitimação, de resistência e de projeto (CASTELLS, 2010).

Palavras-chave: Identidade feminina. Pragmática. Ethos discursivo.

Introdução

Primeiramente, o nosso propósito neste artigo visa atender aos objetivos, a saber, (i) discursar sobre a relevância da questão da identidade na pós-modernidade, (ii) apresentar argumentos que exponham os riscos em se eleger perspectivas idealistas, essencialistas e representacionistas para o estudo e compreensão dos fenômenos que envolvem os processos de construção das identidades e dos sujeitos, bem como, (iii) mostrar as teorizações, ou seja, conceitos, definições, formas de compreensão pós-estruturalistas acerca do tema.

Dessa forma, feita todas essas reflexões sobre a questão da identidade, buscaremos relacioná-la a outra questão imprescindível, a saber, a da linguagem, à luz de uma perspectiva performativa, que nos permite uma contextualização histórica e social dos fenômenos linguístico-discursivos, para (iv) mostrar a performatividade como ato constituinte da identidade, através da Teoria dos Atos de Fala de Austin, bem como, (v) apresentar a iterabilidade, que é uma propriedade da linguagem, e a noção de contexto, como contraponto, para discutir acerca das naturalizações de sentidos, que, a nosso ver, implicam para o caso da identidade feminina, em estilizações de gênero.

O artigo se divide em 03 (três) momentos, a saber, o primeiro é o das teorizações acerca da identidade e da linguagem, o segundo momento expõe a metodologia a ser trabalhada para análise da identidade feminina de Dilma Rousseff e, por fim, a terceira parte se constitui da discussão e dos resultados que almejamos para o referido objeto.

1. Identidade na pós-modernidade

Muitos são os estudos que colocam no cerne de suas investigações a questão da identidade. Embora uma gama de pesquisas e teorizações acerca do tema esteja disponível, mesmo assim, o assunto não se esgota e não se exaure, pois num mundo contemporâneo confuso, instável, móvel e híbrido, os sujeitos são constantemente deslocados de sua suposta e aparente “estabilidade” identitária. Tomemos como exemplo, o caso das identidades nacionais, que muitos são os conflitos no interior das e entre as nações, entre os povos, que ao apelarem para antecedentes históricos, para um passado histórico, reivindicam uma homogeneidade identitária, pois acreditam que tal passado seja uma referência partilhada por todos num dado território, numa dada nação.

Woodward (2008) nos diz que “existe uma associação entre a identidade da pessoa e as coisas que uma pessoa usa”, portanto, ela considera também a questão da representação, das práticas de significação e de símbolos como parte dos processos de construção das identidades. A autora argumenta que a identidade, por exemplo, de um “sérvio” e/ ou de um “croata” se elabora com o que existe fora dela, ou seja, que ambas as identidades reivindicam, para existirem, do que difere delas. Ela coloca que a construção das identidades tem causas e consequências materiais.

Hall (2006) na tentativa de apontar o caráter de mudança da modernidade tardia toma como pressuposto o de que está ocorrendo uma mudança nas estruturas e processos das sociedades modernas, bem como, nas referências pelas quais o sujeito “unificado” encontrava apoio necessário para sua estabilidade. Entretanto, esse sujeito reivindicado por tais sociedades está agora fragmentado, deslocado e descentrado. Assim, novas identidades emergem, dado o fato de velhas identidades estarem em declínio. Ele chama esse processo de “crise de identidade”, que considera compor parte de um processo mais abrangente de mudança.

Hall (2006) aponta que a globalização provoca fortes impactos sobre as identidades e, o que diferencia as sociedades “tradicionais” das sociedades “modernas” é o fato de, estas últimas serem sociedades de mudança acelerada, constante e permanente. Ele nos diz que a modernidade “é uma forma altamente reflexiva de vida”, assim, retrata o processo pelo qual a modernidade está sofrendo, bem como, os sujeitos e suas identidades, sobre o assunto, ele argumenta com Laclau:

As sociedades da modernidade tardia, argumenta ele, são caracterizadas pela “diferença”; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes “posições de sujeito” – isto é, identidades – para os indivíduos. Se tais sociedades não se desintegram totalmente não é porque elas são unificadas, mas porque, sob certas circunstâncias, ser conjuntamente articulados. Mas essa articulação é parcial: a estrutura da identidade permanece aberta. Sem isso, argumenta Laclau, não haveria nenhuma história. (grifo nosso)

Perspectivas que estabilizam a identidade dos sujeitos se apoiam num modo de interpretação idealista, essencialista e representacionista, modo este oriundo de uma tradição filosófica tradicional. Nesses termos, a linguagem tem como função a de simplesmente designar essências ou substâncias comuns a todos os sujeitos.

Assim, a identidade não pode ser compreendida como uma substância ou uma essência fixa e imutável. O uso da linguagem entra nessa discussão, pois é através da linguagem que observamos uma construção histórica dos sujeitos, ou seja, de suas práticas sociais, conseqüentemente, de formas diversas de identidades sociais.

Sendo assim, a construção identitária, especificamente a construção identitária feminina, objeto desta pesquisa, ocorre através de práticas discursivas, que também são práticas sociais, de sujeitos historicamente situados, localizados em comunidades de práticas sociais específicas. A respeito da importância de se olhar localmente para a construção social

dos sujeitos, ou seja, para tais comunidades, seguem-se os seguintes argumentos acerca do assunto:

É o engajamento mútuo dos agentes humanos em uma ampla gama de atividades que cria, sustenta, desafia e, por vezes, muda a sociedade e suas instituições, incluindo ambos, gênero e linguagem; e os locais de tal engajamento mútuo são as comunidades. Assim, a forma de definição da comunidade é de suma importância em qualquer estudo sobre linguagem e gênero [...] (ECKERT & MCCONNELL- GINET, 2010) (grifo nosso)

As pessoas participam de múltiplas comunidades de prática, e a identidade individual é baseada na multiplicidade dessa participação. Em lugar de conceber o indivíduo como uma entidade à parte, precisamos enfocar as comunidades de prática. Tal foco possibilita-nos ver o indivíduo como agente articulador de uma variedade de formas de participação em múltiplas comunidades de prática (ECKERT & MCCONNELL- GINET, 2010) (grifo nosso)

A afirmação de que, a identidade individual está baseada na multiplicidade de sua participação, nas mais diversas comunidades de prática social, corrobora com a definição de identidade de Woodward (2008), que compreende a identidade é relacional, marcada pela diferença, sustentada pela exclusão, marcada simbolicamente, bem como, tem que travar lutas para sua afirmação no meio social, com causas e consequências materiais.

Adentrando nos estudos de gênero, importante para desvelarmos, por exemplo, a questão do poder implicada na construção identitária de homens e mulheres, em suas práticas discursivas e sociais, nós pontuamos que, tal construção ocorre de forma dinâmica e conflituosa, sendo assim, a nossa compreensão se alicerça com a seguinte afirmação:

[...] o gênero não é dado nem estático, tampouco é construído de maneira nova em cada interação ou comunidade de prática. Aqueles de nós que examinam as minúcias da forma linguística precisam construir uma compreensão detalhada da construção de gênero na comunidade de prática estudada. Entretanto, parte da caracterização da comunidade de prática é a sua relação com outras comunidades de práticas e discursos mais amplos da sociedade. Assim, à medida que empreendemos nossas investigações cuidadosas, precisamos trabalhar com uma perspectiva mais larga que, conscientemente construída, estenda a nossa visão, necessariamente limitada, das comunidades por nós estudadas (ECKERT & MCCONNELL- GINET, 2010) (grifo nosso).

O que nos permite compreender acerca da afirmação acima destacada, de que o gênero não é algo dado, nem tampouco estático, é a natureza de “iterabilidade¹” da linguagem, com a qual o sujeito ressignifica sentidos identitários nas práticas discursivas, que são oriundos dos mais diferentes contextos históricos. Desse modo, observamos uma construção histórica do sujeito, que não é “soberano²”, mas que se desloca, se move, subverte sentidos naturalizados de gênero através do uso que faz da linguagem.

A nosso ver, a importância dessa discussão está no fato de, observamos que nas relações sociais entre os gêneros existe a constituição de estereótipos, de sentidos que estigmatizam os sujeitos. A iterabilidade permite que sentidos da linguagem sejam ressignificados, pois os contextos não são fechados, saturados, mas abertos e ininterruptos. A

¹ Essa expressão foi tomada de empréstimo do filósofo francês Derrida, de sua obra *Margens da Filosofia*.

² Expressão utilizada pela professora e pesquisadora da UFRGS Guacira Louro, na 7th Internacional Gender and Language Conference, 2012.

estilização de gêneros consiste num processo pelo qual busca se conformar, adequar ou convencionar estilos de ser, próprios para cada sujeito.

1.1 Identidade e linguagem

1.1.1 Performatividade: a iterabilidade e a noção de contexto

O ponto de encontro de teóricos pós-moderno é o de refutarem toda uma tradição filosófica de interpretação da linguagem, a saber, o modo de compreensão idealista, essencialista e representacionista a cerca do mundo e do sujeito.

Primeiramente, iremos iniciar a nossa discussão sobre a questão da linguagem, à luz de teorias que representam a virada linguística, a saber, com a Teoria dos Atos de Fala, de J. L. Austin.

Em sua obra prima *Quando dizer é fazer: palavras e ação*, na conferência I, intitulada por “performativos” e “constatativos”, Austin (1990) inicia suas teorizações com o problema dos filósofos considerarem somente a existência de sentenças declarativas, ao contrário dos gramáticos, que dizem existirem vários outros tipos de sentenças, como, por exemplo, perguntas, ordens, desejos e concessões. Para os filósofos, as sentenças declarativas tinham como função somente “descrever” o mundo, ou seja, a linguagem servia somente para realizar descrições sobre as coisas, fatos, etc., num modo verdadeiro ou falso.

Indiretamente, pelos filósofos, muitas das sentenças aceitas como “declarações”, bem como, pelos gramáticos passaram a ser submetidas a um novo exame. Dessa forma, surge a concepção de que toda declaração (factual) deveria ser verificável, com isto, num primeiro momento, os filósofos mostraram que muitas declarações, mesmo seguindo a estrutura gramatical, não tinham sentido, a partir daí, surgem novas formas de sentenças. Num segundo momento, os filósofos ao indagarem se muitos proferimentos seriam declarações, tiveram que estabelecer limites para a quantidade de sentenças “sem sentido” a serem aceitas como tais. Assim, esse novo exame coloca sob suspeita a questão da verdade, pois se considerou que muitas declarações não registravam ou transmitiam informações diretas, ou pelo menos em parte, a cerca dos fatos.

O resultado desse movimento leva Austin (1990) a argumentar que, as formas de muitos proferimentos extrapolam pelo menos os limites da gramática tradicional, a partir de um movimento de reconhecimento de que muitas palavras tidas como declarações descritivas não indicariam somente aspectos adicionais da realidade, mas indicariam 03 (três) pontos, a saber, (i) as circunstâncias de realização dessa declaração, bem como, (ii) às restrições que as sujeitam, ou, ainda, (iii) a maneira como devem ser recepcionadas.

Outro ponto importante da teoria austiniana é o de que, o filósofo se debruça para refletir a cerca de proferimentos que nada “descrevem”, que nada “relatam”, que nada “constatam” e, nem tampouco, são “verdadeiros ou falsos”, bem como, não representam um caso de falta de sentido, mas consistem na realização de uma ação, quando se diz algo, em circunstancias apropriadas. Esse ato é o que Austin (1990) chamará de “sentença performativa” ou “proferimento performativo”, ou ainda, numa forma reduzida “um performativo”. A origem desse termo “performativo” está no verbo inglês *to perform*, que indica “ação”, daí o fato de se está realizando uma ação quando se emite um proferimento.

Nas conferências VIII e IX, Austin se detém no esclarecimento, com mais precisão, dos atos que constituem a sua teoria, a saber, o ato locucionário, que efetiva o dizer apoiado num significado referencial; o ato ilocucionário, que seria um reflexo da posição do locutor ou locutora em relação ao que foi dito, ou seja, a força produzida pelo enunciado e; o ato perlocucionário, entendido como a produção do efeito do enunciado no ouvinte. Portanto, tais atos figuram constituindo níveis de ações linguísticas que ocorrem simultaneamente no enunciado. Para momentaneamente concluirmos nossos dizeres sobre a teoria austiniana é relevante a seguinte afirmação:

A Teoria dos Atos de Fala concebe a linguagem como uma atividade construída pelos/as interlocutores/as, ou seja, é impossível discutir linguagem sem considerar o ato de linguagem, o ato de estar falando em si- a linguagem não é assim descrição do mundo, mas ação (PINTO, 2003) (grifo nosso).

Judith Butler (2010), na década de 1990 irá propor a noção de “performatividade”, a partir da interpretação que realiza da teoria dos atos de fala austiniana, resultando numa ebulição nos estudos sobre a questão da mulher, bem como, a pesquisadora brasileira Joana Plaza Pinto (2002; 2003) que realiza uma releitura da teoria austiniana e dos estudos sobre gênero de Butler, cujo resultado é o de que, de uma vez que a relação entre linguagem e o mundo não é mais teorizada em termos essencialistas, os estudos sobre gênero passam a olhar para homens e mulheres como construções sociais e não portadores de uma essência, que lhes é própria a ser designada pelas expressões linguísticas:

[...] Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gêneros da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas (BUTLER, 2010).

O contexto e a iterabilidade são imprescindíveis para a compreensão dos atos de linguagem, pois nos permite indagar a respeito, por exemplo, a cerca das circunstâncias, das restrições e dos mecanismos históricos que são parte do processo de construção da identidade. Desse modo, o pesquisador ou a pesquisadora que negligencia em suas investigações, a cerca dos fenômenos linguísticos- discursivos tais propriedades, estará, também, a negligenciar a historicidade que envolve a linguagem e o sujeito.

Derrida (1991) advoga por uma noção de contexto fluída, cambiante e ininterrupta, e também, pela iterabilidade, que se trata de uma propriedade da linguagem, que torna o momento repetido, repetível, ou seja, é a força histórica, que se repete, é repetível, mas ressignificada.

2. Metodologia

A nossa metodologia se orienta em três momentos, a saber, primeiramente, realizaremos uma análise macro do feminino, para compreender os sentidos da linguagem, situando-os historicamente, por meio das categorias de análise “feminilidade”, que são os sentidos naturalizados de uma mulher idealizada, por exemplo, pelo sistema patriarcal, e “feminilidade”, que são os sentidos constituídos de uma mulher agente, politizada, forte e independente (FERREIRA, 2006).

Num segundo momento, partiremos para uma análise micro, que pretende compreender os sentidos do feminino performativizados por Dilma, por meio da categoria ethos discursivo, que permite olharmos para a construção de sua própria imagem feminina, em seu próprio discurso.

Para Maingueneau (2008), “o ethos é uma noção discursiva, ele se constrói através do discurso, não é uma “imagem” do locutor exterior a sua fala”, bem como, “é uma noção fundamentalmente híbrida (sócio discursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio histórica”.

Eggs (2008) define que o ethos discursivo “constitui praticamente a mais importante das três provas engendradas pelo discurso – logos, ethos e pathos”.

Por fim, de posse de sentidos linguístico-discursivos do feminino, desvelados no discurso da presidenta, por meio das categorias “feminilidade”, “feminilidade” (FERREIRA, 2006) e ethos discursivo, almejamos como resultado de nossas análises identificar se a identidade feminina construída por e no discurso de Dilma Rousseff se trata de uma a) identidade de legitimação, “que é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais”; b) de resistência, que é “criada por atores que se encontram em posições/ condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência” e/ou; c) de projeto, que é aquela que “os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social” (CASTELLS, 2010).

O *corpus* escolhido para este trabalho foi o “Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a cerimônia de abertura da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, Centro de Convenções Ulysses Guimarães – Brasília-DF, 12 de dezembro de 2011”. Este proferimento foi retirado diretamente do site oficial da presidenta, <http://www2.planalto.gov.br>.

3. Resultados e discussão

A nossa investigação dos dados se debruça em 02 (dois) momentos, o primeiro é o de análise e discussão, que busca compreender os sentidos das categorias “feminilidade” e “feminilidade”. O segundo momento é constituído de análise, discussão e resultado, tanto do ethos, quanto do tipo de identidade performativizada por Dilma Rousseff, no discurso que escolhemos para este propósito investigativo.

Portanto, compreendidos de forma contextualizada, tanto os sentidos da “feminilidade” quanto os da “feminilidade” (FERREIRA, 2006) são constituídos no discurso de Dilma Rousseff, por propriedades históricas, iteráveis no uso de linguagem.

Nos trechos abaixo extraídos do discurso oficial da presidenta, observamos que ela constitui sentidos linguístico-discursivos de um contexto histórico de luta, de reivindicação, pela igualdade de direitos sociais e políticos para os gêneros, mas principalmente para a mulher, quando diz,

(1)

Ao longo dos últimos anos nós viemos superando obstáculo por obstáculo. Quero dizer a vocês que nós assistimos, em 2011, momentos históricos – históricos e simbólicos – na luta das mulheres pela igualdade e também pelo seu espaço e a sua afirmação.

É o Movimento Feminista, compreendido como uma propriedade histórica, que é iterável pela presidenta, mas ressignificado para a atual conjuntura social, quando ela confere importância, por exemplo, a criação da ONU Mulher, como instrumento de afirmação para a mulher na sociedade,

(2)

Internacionalmente, eu queria citar a criação da ONU Mulher como um deles. Essa criação da ONU Mulher é muito importante, E a ONU Mulher, ela representa, do ponto de vista internacional, o reconhecimento da prioridade da questão de gênero em todo o mundo.

Dilma enfatiza a presença de mulheres, no atual momento, em cargos de poder, como resultado da força histórica do Movimento Feminista,

(3)

Queria dizer para vocês que, para mim, é muito importante que este seja um governo com a presença de mulheres, sobretudo de mulheres na direção principal do governo.

É à força da historicidade do Feminismo, como movimento social, como força de ação coletiva de contestação da opressão, da subjugação e da marginalização imposta à mulher ao longo dos tempos, por discursos que naturalizam sentidos, que estigmatizam, pois se constituem em estereótipos. É a força histórica das muitas solicitações sociais de mulheres, por participação e inserção igualitária na sociedade, para os gêneros.

(4)

Eu quero dizer para vocês que esta é uma das conferências mais importantes para mim,... uma representação das mulheres deste nosso país que estão aí lutando, não só pelos direitos de cada uma das mulheres brasileiras, mas também mostrando a sua capacidade de organização, de participação, e, sobretudo, representando o empoderamento da mulher.

São as expressões “igualdade”, “afirmação”, “representação”, “organização” e “participação” que marcam a força da iterabilidade, de momentos históricos, que para Dilma são também simbólicos, das mudanças sociais ocorridas ao longo dos tempos para os gêneros, principalmente para a mulher, historicidade essa que é ressignificada por ela, pela atual expressão “empoderamento”. Portanto, observamos ao longo desses trechos, os sentidos da “feminilidade”, ou seja, sentidos que perfazem a identidade de uma mulher agente, politizada, ativa na vida pública, contestadora, que não se limitou somente aos espaços da vida privada.

Já nos trechos que se seguem, observamos um entrelaçamento de sentidos da “feminilidade” com sentidos da “feminilidade”, que para nós representa um hibridismo³ de valores sociais, culturais e históricos.

Portanto, observamos sentidos da “feminilidade”, ou seja, de um sujeito que sabe da importância de ser a primeira mulher a ocupar o mais alto cargo de comando público e político da nação e, que está ciente dos sentidos dessa vitória, para todas as mulheres brasileiras, inclusive para as que se assumem como feministas,

(5)

Para mim, primeira mulher Presidente da República, é muito importante estar aqui na 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. ...

O que é iterável no discurso de Dilma são as propriedades históricas do Movimento Feminista, é a força desse movimento a se repetir em sua linguagem. Mas, identificamos, no mesmo discurso, sentidos da “feminilidade” que são performativizados junto aos sentidos da “feminilidade”. Ao reconhecer não somente a mulher militante, Dilma também reconhece a mulher no seu papel de mãe, da que zela pela integridade dos filhos,

(6)

um compromisso com cada uma das mulheres deste país, que são mulheres mães, mulheres militantes, mulheres capazes de atuar na cultura,

³ O hibridismo está ligado aos movimentos demográficos que permitem o contato entre diferentes identidades: as diásporas, os deslocamentos nômades, as viagens, os cruzamentos de fronteiras. Na perspectiva da teoria cultural contemporânea, esses movimentos podem ser literais ... ou ser simplesmente metafóricos. Extraído do texto de Silva (2008) *A produção social da identidade e da diferença*.

mulheres que dão contribuição na área da saúde, mulheres empregadas domésticas, que ajudam muitas famílias a criarem seus filhos e, muitas vezes, não são reconhecidas. Enfim, as mulheres que vivem e sobrevivem em condições, muitas vezes, difíceis.

(7)

E eu queria dizer para vocês que esta Conferência, ela representa mais um passo na nossa luta. Nós somos mais da metade da população brasileira e temos uma imensa força. Temos uma imensa força porque também somos aquela parte da população que é capaz de gerar vida e que é responsável pela criação dos homens e das mulheres deste país.

(8)

Hoje foi um processo muito importante: que o governo reconhecesse o papel estratégico que a mulher ocupa na sociedade e, por isso, o Bolsa Família, o principal instrumento de distribuição de renda deste país, ele é recebido pelas mulheres. É o reconhecimento do governo de que mulher não pega o seu dinheiro e deixa seu filho passar necessidade.

O que percebemos é que Dilma lança mão de propriedades históricas de um contexto onde responsabilizaram a mulher pelos cuidados da casa, do marido e dos filhos. É a força da iterabilidade que torna o momento histórico, de uma sociedade patriarcal, que idealiza a mulher, repetido e repetível no proferimento da presidenta, mas ressignificado a partir do instante em que ela reconhece que, hoje, a mulher tanto desempenha o papel de dona de casa, da mãe devotada, bem como, da mulher agente, forte, que deseja ser independente dos grilhões que, por exemplo, o matrimônio impõe e/ou impôs a mulher,

(9)

A mesma coisa no Minha Casa, Minha Vida: antes, para a mulher ter direito de registrar um imóvel, o cônjuge devia assinar. A partir do Minha Casa, Minha Vida, a mulher assina sozinha, se comprar..

Lançamos o Rede Cegonha, com a certeza de que é fundamental para o país cuidar das suas mulheres gestantes, das mulheres, na hora do parto, e das mulheres e das crianças após o parto.

Aqui, mais uma vez, Dilma alinha os sentidos da “feminilidade” com os sentidos da “feminilidade”, ou seja, a força histórica do Feminismo, bem como, a força histórica da mulher idealizada, pelo imaginário patriarcal, tais forças são iteráveis no proferimento dela, mas ressignificadas, para outra realidade, por exemplo, da casa para a creche. A presidenta performativiza a luta, a reivindicação, o desejo de ser protagonista, que são propriedades históricas repetidas e constantemente repetíveis em seu discurso, pela força da iterabilidade,

(10)

eu quero dizer para vocês que um dos meus maiores orgulhos é ter conseguido iniciar, já, a contratação de 1,5 mil creches neste ano ..., Cada uma de nós, que teve de conciliar a vida profissional, a vida política, a vida cultural, a vida como militante de movimentos de mulheres e de movimentos sociais sabe bem a importância que as creches de qualidade têm para seus filhos e para suas filhas, e para que ela possa exercer sua atividade com serenidade, tranquilidade, sabendo que seus filhos estão cuidados e atendidos e protegidos.

(11)

Nós não podemos, de maneira alguma, concordar que mulheres, ainda neste século XXI – que eu tenho certeza de que será o século do empoderamento cada vez maior das mulheres –, que as mulheres não sejam protagonistas, e sim, vítimas. Nós não somos vítimas, nós queremos ser sujeitos da nossa própria história.

Dessa forma, concluímos nessa primeira etapa de nossa análise, argumentando com Derrida (1991) que, os contextos não se fecham, são abertos e ininterruptos e, é o que nos possibilita olharmos para a presença da força histórica, que se dá pela iterabilidade, no discurso de Rousseff, de sentidos que não se fecham, mas se renovam nos contextos que são resgatados, através do uso da linguagem.

De posse dessa compreensão sobre os sentidos do feminino, por meio das categorias “feminilidade” e “feminilidade”, passaremos para a próxima etapa da análise, que é a compreensão dos sentidos da imagem do feminino de Dilma, por meio da categoria ethos discursivo. Ou seja, o movimento de nossa análise se desloca da compreensão e do desvelamento dos sentidos “macros” para os sentidos “micro” do feminino, que representam um resultado parcial da nossa identificação, que irá se concluir com a compreensão de qual tipo de identidade é performativizada por Dilma Rousseff em seu discurso.

Sendo assim, o quadro abaixo alinha os resultados extraídos da análise por meio das categorias “feminilidade”, “feminilidade” e ethos discursivo, bem como, do tipo de identidade que é construída por Rousseff, no seu discurso:

Identidade de legitimação	Sentidos da “feminilidade” e da “feminilidade”, que constroem a imagem do feminino de Dilma Rousseff
	<p><u><i>É o reconhecimento do governo de que mulher não pega o seu dinheiro e deixa seu filho passar necessidade.(feminilidade)</i></u> <u><i>Temos uma imensa força porque também somos aquela parte da população que é capaz de gerar vida e que é responsável pela criação dos homens e das mulheres deste país.(feminilidade)</i></u> <u><i>Lançamos o Rede Cegonha, com a certeza de que é fundamental para o país cuidar das suas mulheres gestantes, das mulheres, na hora do parto, e das mulheres e das crianças após o parto. (feminilidade)</i></u> <u><i>[...] a importância que as creches de qualidade têm para seus filhos e para suas filhas, e para que ela possa exercer sua atividade com serenidade, tranquilidade, sabendo que seus filhos estão cuidados e atendidos e protegidos.(feminilidade)</i></u></p> <p>(1) Ethos (imagem) de “maternidade”</p>

<p>Identidade de resistência</p>	<p>Sentidos da “feminilidade” e da “feminilidade”, que constroem uma imagem do feminino de Dilma Rousseff</p>
	<p><u>Ao longo dos últimos anos nós viemos superando obstáculo por obstáculo. Quero dizer a vocês que nós assistimos, em 2011, momentos históricos – históricos e simbólicos – na luta das mulheres pela igualdade e também pelo seu espaço e a sua afirmação. (feminilidade)</u></p> <p>(2) Ethos (imagem) de “reconhecimento”</p> <p><u>Nós não podemos, de maneira alguma, concordar que mulheres, ainda neste século XXI – que eu tenho certeza de que será o século do empoderamento cada vez maior das mulheres –, que as mulheres não sejam protagonistas, e sim, vítimas. Nós não somos vítimas, nós queremos ser sujeitos da nossa própria história. (feminilidade)</u></p> <p>(3) Ethos (idem) de “contestação”</p> <p><u>Eu quero dizer para vocês que esta é uma das conferências mais importantes para mim,... uma representação das mulheres deste nosso país que estão aí lutando, não só pelos direitos de cada uma das mulheres brasileiras, mas também mostrando a sua capacidade de organização, de participação, e, sobretudo, representando o empoderamento da mulher.(feminilidade)</u></p> <p>(4) Ethos (idem) de “agenciamento”</p>
<p>Identidade de projeto</p>	<p>Sentidos da “feminilidade” e da “feminilidade”, que constroem uma imagem do feminino de Dilma Rousseff</p>
	<p><u>Queria dizer para vocês que, para mim, é muito importante que este seja um governo com a presença de mulheres, sobretudo de mulheres na direção principal do governo. (feminilidade)</u></p> <p>(5) Ethos (imagem) de “empoderamento”</p> <p><u>[...] antes, para a mulher ter direito de registrar um imóvel, o cônjuge devia assinar. A partir do Minha Casa, Minha Vida, a mulher assina sozinha, se comprar..(feminilidade e feminilidade)</u></p> <p>(6) Ethos (idem) de “ruptura”</p>

4. Conclusão

A pesquisa em curso tem como preocupação o não engessamento da análise dos sentidos constituídos da imagem da identidade feminina, no discurso da presidenta Dilma.

Ao dialogarem os sentidos da “feminilidade” e os da “feminilidade” (FERREIRA, 2009) com o ethos discursivo, metaforizando, compreendemos que esse diálogo se realiza numa “via de mão dupla”. Ou seja, numa via estão os dois primeiros sentidos, com a historicidade, na outra via o ethos, com as ressignificações. Esse movimento nos permite

entender o contexto, por exemplo, proposto por Derrida (1991), que é ininterrupto, insaturado, aberto e sempre em movimento.

A iterabilidade, propriedade da linguagem, que torna o momento (histórico) repetido, repetível, coaduna perfeitamente com esse tipo de contexto, pois tal propriedade é que nos permite dizer que o sujeito não é soberano, pois ele não escapa a força da historicidade, presente em seus atos de fala, mas ressignifica sentidos que são históricos, que não estão presos, não são saturados, mas que extrapolam, pois o sentido nunca se fecha, sempre está em busca de sua complementação.

O ethos discursivo como uma das provas do discurso é a que diz respeito à imagem construída no discurso pelo locutor, que em sua relação com um interlocutor, produz efeitos e consequências sobre este. Compreendemos essa categoria numa visão performativa de linguagem, pois coaduna com os atos ilocucionários e os atos perlocucionários, da teoria austiniana, ou seja, o ethos tem uma força ilocucionária que produz, por exemplo, efeitos convencionais, bem como, uma força perlocucionária, pois produz efeitos e consequências sobre o seu interlocutor. O processo performativo da identidade feminina de Dilma Rousseff tem sido investigado por essa articulação teórico-metodológico.

Desse modo, indagamos se não estaria a presidenta reivindicando contextos falocráticos, para constituir e articular o seu poder nos âmbitos públicos e políticos? Ou seja, achamos que Dilma não escapa ao falocrático, mas reutiliza, reaproveita e ressignifica os sentidos naturalizados da “feminilidade” (FERREIRA, 2006), pela força da iterabilidade, que permite que tais sentidos não sejam fixos, estáveis e previsíveis, mas deslocados no uso de linguagem. Portanto, a partir desta compreensão indagamos se Dilma ao constituir em seu discurso sentidos de gênero, que representam continuidade e legitimação, por exemplo, do falocrático, pela natureza de iterabilidade da linguagem, estaria ela usando o seu poder para promover a convencionalidade de estereótipos para mulheres e homens? Ou, caso Dilma esteja promovendo “rupturas”, “subversões”, “deslocamentos” e/ou “descentramentos” de sentidos naturalizados no uso de linguagem, não estaria ela promovendo agenciamentos de projetos/de políticas que visam mudanças sociais profundas para os gêneros, e não somente para a mulher?

Dessa forma, concluímos que a identidade feminina de Rousseff “desliza” entre uma identidade e outra, ou seja, os sentidos dessa identidade não são estáveis, fechados. A presidenta performativiza uma identidade feminina que transita entre a de “resistência” e de “projeto” (CASTELLS, 2010), pois mesmo ela uma mulher poderosa, observamos em seu discurso, que muitas reivindicações femininas, por exemplo, ainda se encontram nas “trincheiras de resistência”. Outras questões se tornaram projetos, por exemplo, o de muitas mulheres assumirem o comando de vários de seus ministérios.

Referências bibliográficas

ALENCAR, Claudiana Nogueira de; FERREIRA, Dina M. M. *Noção de contexto: uma cansaíra conceitual ad infinitum e ad nauseam*. Cadernos de Linguagem e Sociedade, 13 (1), 2012.

AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 1.ed., 1ª reimpressão.- São Paulo: Contexto, 2008.

AUSTIN, J.L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Trad. de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes médicas, 1990.

BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. -3ª.ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Editora Paz e Terra Ltda., 2010.

DERRIDA, J. Assinatura, acontecimento, contexto. In: Derrida, J. *Margens da filosofia* (Trad. Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães). São Paulo: Papirus, 1991, p. 349-373.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORI, Mary. *Historia das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2003.

FERREIRA, Dina Maria Martins. *Discurso feminino e identidade social*. 2ª.ed. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro; DP&A, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do Ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (orgs). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.

PINTO, Joana Plaza. Pragmática. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana (orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. Vol.2. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Estilizações de gênero em discurso sobre linguagem*. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, Campinas- SP, 2002.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Por uma pragmática voltada à prática linguística. ZANDWAIS, Ana (org.). In: *Relações entre pragmática e enunciação*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2002.

Tomaz Tadeu da (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 8. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.